

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde: o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

Documentation of a cultural heritage in health: the case of the museum collection of the Instituto Evandro Chagas Museum

Giselle Santos Silva¹
Paulo Elian dos Santos²

DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.40788

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar o modelo de documentação museológica adotado no Museu do Instituto Evandro Chagas – MEV, na cidade de Belém, PA, discutindo os princípios e procedimentos normativos que o orientam. Para tanto, a investigação analisa o tratamento da documentação museológica voltada para acervos de ciência & tecnologia. Por fim, apresenta o processo de formação da coleção do Museu do Instituto Evandro Chagas - MEV, a fim de compreender o papel dos objetos vinculados a temática da saúde, na construção da memória institucional e na preservação do testemunho dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico.

Palavras-chave

Documentação museológica; Patrimônio cultural da saúde; Coleção museológica; Ciência & tecnologia; Museu do Instituto Evandro Chagas.

Abstract

This paper presents the model of museum documentation adopted at the Museu do Instituto Evandro Chagas – MEV, in the city of Belém, PA, discussing the principles and normative procedures that guide it. Therefore, the research analyzes the treatment of museum documentation aimed at science and technology collections. Finally, we present the process of formation of the collection of the MEV, in order to understand the role of science and technology objects, in this case those related to health, in the construction of institutional memory and in the preservation of testimony scientific processes and technological development.

Keywords

Museum documentation; Cultural heritage in health; Museum collection; Science & technology; Museu do Instituto Evandro Chagas.

Introdução

No universo dos museus tradicionais, as coleções possuem papel central na construção de narrativas na esfera museal: são a razão de ser deste modelo institucional. A partir de seus acervos que os museus materializam as histórias, tornam possível a interação entre o passado, o presente e o futuro. Assim, a efetiva gestão de coleções torna-se um elemento essencial para o funcionamento e organização de uma instituição museológica. É um dos métodos e práticas

1 Museóloga (UNIRIO), Mestre em Gestão e Preservação do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ). Analista lotada no Instituto Evandro Chagas.

2 Pesquisador do Departamento de Arquivo e Documentação e professor do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde:
o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

primordiais no contexto da gestão de coleções é a documentação museológica, objeto de investigação deste trabalho.

O tema da documentação museológica ganha cada vez mais atenção seja pelos órgãos internacionais, como o Conselho Internacional de Museus - Icom, como também os nacionais. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, por meio do Estatuto de Museus, traz à competência dos museus a manutenção e atualização da documentação sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários em consonância com o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (BRASIL, 2013: 2). Como aponta Ceravolo (2014: 11) a discussão em torno da documentação museológica é antiga, mas agora ganha novos contornos: documentação museológica não é mais apenas sinônimo de controle das coleções, mas também passa a ser vista como um “processo de gestão e de intercâmbio e no acesso às informações produzidas”.

Mas quando falamos de documentação museológica voltada para acervos de ciência e tecnologia, notamos a escassez de publicações e quando evidenciamos os acervos museológicos voltados à temática das ciências da saúde, esse quadro se torna ainda mais deficiente.

A partir de uma revisão de bibliografia sobre documentação museológica de acervos de ciência e tecnologia - C&T - no Brasil, primeiramente destacam-se os trabalhos da museóloga Cláudia Penha dos Santos, uma das poucas especialistas na área. Ao problematizar o assunto, Santos (2016, p.208) indica que a questão inicial é definir o que é um objeto único, uma vez que grande maioria dos objetos de C&T são produzidos em escala industrial. A partir desta constatação a autora aponta alguns problemas enfrentados pelos documentalistas de museus, sobretudo nos acervos de temática de C&T, sendo o primeiro deles “o histórico do objeto”. Sendo objetos produzidos em escala, teriam todos o mesmo histórico? Outro ponto levantado pela autora é “a designação”, uma vez que equipamentos quase idênticos podem ser reconhecidos pelo mesmo nome, dependendo do campo de aplicação ou do fabricante, ou ainda o mesmo nome pode atender objetos diferentes. O registro individual, com a atribuição de uma numeração única, pode ser tornar um problema, visto que há necessidade de numeração das partes móveis e acessórios de cada peça. Já o campo da descrição física é um dos mais complicados para a autora, pois além da complexidade física das peças, são raros os manuais de Museologia para a realização da tarefa. O último ponto levantado se refere aos “critérios de classificação”, que podem ser desde a função original, uso ou, ainda, a área do conhecimento. (SANTOS, 2016)

Outro trabalho voltado para a tipologia de acervos em questão teve início em 2006, a partir de um projeto para desenvolver um tesouro terminológico de acervos de objetos científicos dos museus de ciência e técnica da esfera lusófona, sobretudo Portugal e Brasil. O projeto foi coordenado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Brasil, e pelo Museu de Ciências da Universidade de Lisboa (MCUL), em Portugal, e teve a cooperação de outras 14 instituições brasileiras e portuguesas. Atualmente o tesouro se configura como uma das principais ferramentas terminológicas para acervos de C&T, embora trate especificamente das ciências ditas ‘exatas’ e disciplinas relacionadas, como as engenharias.

Em maio de 2017 foi publicada a “Carta do Rio de Janeiro sobre patrimônio cultural da Ciência & Tecnologia”, fruto do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio Cultural de C&T, realizado no MAST entre 05 e 08 de dezembro de 2016. Por meio deste documento, os profissionais e insti-

tuições, presentes no seminário, atestam a relevância do patrimônio em C&T, apresentam definições e diretrizes que visam contribuir para a construção de políticas para a área. Das doze diretrizes apresentadas, três falam diretamente da documentação museológica. A primeira diretriz sobre documentação é a de número quatro que enfatiza a importância da construção de ferramentas de reconhecimento institucional da existência de objetos e coleções, tais como o inventário, livro de tomo, ou seja, instrumentos que são inseridos no espectro da documentação museológica. Já a diretriz de número dez estimula a formação de profissionais capacitados para atuarem na preservação, documentação e divulgação. A diretriz de número doze destaca a promoção e divulgação de metodologias especializadas na conservação, documentação e comunicação do acervo em questão. A importância deste documento reside no fato de apontar definições e diretrizes comuns aos acervos de C&T, configurando-se como um documento de orientação sobre o patrimônio cultural de C&T.

Até o momento destacamos referências em documentação museológica, voltadas ao acervo de C&T em seu aspecto mais amplo. Ao limitarmos o levantamento de fontes para a documentação museológica de acervos de temática das ciências da saúde, precisamos sair do espectro nacional e destacarmos o trabalho do Museu da Saúde Dr. Jorge Ricardo e de seu manual de catalogação. O manual é apresentado como o primeiro dedicado a acervos em saúde e tem como principal objetivo contribuir para a uniformização dos dados na base de dados *In Arte*³, uma vez que se destina a descrever os procedimentos para o preenchimento dos campos da ficha catalográfica de cada objeto. Este manual apresenta as diretrizes adotadas pelo museu desde a identificação das peças e sua numeração, registro fotográfico e a coleta e inserção das informações na base de dados, que seria a ficha catalográfica em sistema informatizado.

Para fins de desenvolvimento deste trabalho, a documentação museológica é abordada enquanto toda a produção documental⁴ com o objetivo de registrar as informações, sejam estas intrínsecas e extrínsecas (MENSCH, 1992), de cada objeto musealizado presente no acervo. Essas informações vão desde a produção do objeto, seu uso primário, passando pela sua incorporação a coleção do museu e sua movimentação enquanto objeto musealizado (PEARCE, 2005).

A documentação museológica tem como objetivo o acesso dessas informações por parte do usuário, para que o objeto não encerre seu ciclo enquanto fonte de pesquisa e informação apenas no ato de documentar, mas que gere um ciclo no qual essas informações já coletadas propiciem outras pesquisas, outros olhares e outras fontes. No nosso entendimento, a documentação museológica não deve ser limitada a um simples registro de dados físicos do objeto, mas sim que possa ser o documento, uma espécie de dossiê do objeto.

Ressaltamos que este trabalho visa registrar o processo de formação de uma coleção e o processo de implementação de um sistema de documentação museológica em um acervo de saúde pública, uma vez que a maior parte da bibliografia produzida sobre o assunto apresenta os instrumentos de documentação museológica já produzidos e implantados, deixando de fora o contexto de sua produção. A metodologia empregada consiste na análise dos documentos referentes ao projeto do Museu do Instituto Evandro Chagas e da formação de

3 O *In Arte* é um sistema de gestão do patrimônio cultural móvel da Sistemas do Futuro, empresa de tecnologia da informação voltada para a gestão do patrimônio cultural e natural.

4 Entendendo aqui que a produção documental pode ser por meio de texto (palavra), imagem (estática ou em movimento) ou som.

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde:
o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

seu acervo, traçando seu contexto de criação e missão. Já para a documentação museológica foram observadas as práticas que estão em vigência no momento, a partir dos formulários e documentos utilizados e análise dos relatórios anuais do Museu. Além disso, destaca-se o papel de uma das autoras enquanto servidora da Instituição e participação do processo de formação da coleção e escolhas da metodologia empregada na documentação museológica do acervo.

O patrimônio cultural da saúde: coletar objetos de ciência

As coleções museológicas ligadas à temática científica carregam em si não apenas o valor científico ou técnico dado pelas instituições que as produzem e/ou são suas detentoras, mas igualmente aqueles que são passíveis de serem atribuídos, isto é, valores histórico, artístico e cultural ou quaisquer outros.

Para Alberti (2017: 8) devemos coletar objetos de ciência para abranger a sua materialidade, pois “isso é o que diferencia os museus de outras mídias científicas”. O autor faz questão de enfatizar os potenciais de uma coleção de ciência, sendo estes: o apelo das reservas técnicas, a capacidade de pesquisa interdisciplinar, exposições que incorporem a história, a cultura e a beleza dos instrumentos científicos e as atividades de engajamento que esses objetos podem oferecer, tanto para a comunidade científica quanto para os visitantes.

Assim como podemos desconstruir os limites entre ciência e não-ciência, para que possamos dissolver as distinções entre esses múltiplos usos da cultura material que são muitas vezes consideradas separadamente. Deveríamos não estar pensando em equilibrar funções concorrentes, mas sim misturando-as. É por isso que colecionamos ciência. (ALBERTI, 2017: 8, tradução nossa)

A maior parte dessas coleções institucionalizadas, desses objetos musealizados, passarão boa parte de suas vidas nas reservas técnicas. Diante disso, Alberti nos convoca a abraçarmos “as reservas técnicas como prática e como objeto de estudo”, visto que estes são espaços “vivos e funcionais”, mas, para tanto, esses objetos precisam ser pesquisados. (ALBERTI, 2017: 3 - 4)

Uma categoria recente nos estudos de patrimônio é o chamado patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia – PCCT. Retomando a “Carta do Rio de Janeiro sobre patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia”, esta o define enquanto

[...] legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva lhe são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural.

Como podemos observar, há uma pluralidade de itens que podem compor o chamado PCCT, desde saberes, práticas, lugares (espaços arquitetônicos) a até mesmo os próprios artefatos e espécimes oriundos dessa produção de conhecimento científico e tecnológico (GRANATO; SANTOS, 2015: 79-80). Lourenço (2009) sustenta existirem quatro razões cruciais para que o patrimônio da ciência seja ignorado não só pelos museus, mas também pelas políticas nacionais e cartas internacionais: a primeira seria por conta da complexidade em se definir o que é o patrimônio da ciência, o que se agrava pela dificuldade

de definir a própria ciência. A segunda razão, que em nossa percepção seria uma das mais cruciais, é que a sua dimensão é desconhecida, não se sabe ao certo o que existe de patrimônio da ciência dentro das instituições. Já a terceira razão é que cerca de 90% do acervo está abrigado em instituições sem missão, vocação e/ou sensibilidade para a preservação e divulgação desses acervos, assim como não há pessoal técnico especializado no assunto para ao menos reconhecer este patrimônio. A última razão apresentada pela autora seria que este patrimônio é pouco valorizado pelos cientistas e historiadores da ciência.

Em situação ainda mais complexa está o chamado patrimônio cultural da saúde, que no Brasil é pouco explorado pelos profissionais do patrimônio. Para fins de esclarecimento tomaremos por definição de patrimônio cultural da saúde a apresentada na Rede Brasil de Patrimônio Cultural da Saúde: “um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural” (BVS, 2005: 6).

Serres em seu estudo dedicado ao patrimônio em saúde, com ênfase nas arquiteturas, destaca quatro motivos principais para que os hospitais não sejam considerados bens patrimoniais: o primeiro seria por ainda apresentar funções de uso no presente, o segundo por serem espaços ligados a dor e o sofrimento, o terceiro devido a uma visão bastante limitada de patrimônio (SERRES, 2015: 1413). Podemos estender a análise da autora para os objetos, uma vez que esses não são interpretados como patrimônio, nem sequer enquanto documento. Dentro de instituições de pesquisa em saúde, quando perdem sua função acabam por ser alienados. Já os profissionais do patrimônio, os quais na maioria das vezes não são treinados a lidar com essa tipologia, desconhecem suas características e singularidades, dificultando a valoração dos objetos ligados ao patrimônio da saúde enquanto bens patrimoniais.

Uma das soluções propostas para a integração dos objetos da ciência musealizados com a pesquisa seria rever o papel historiográfico, concedido pelos museus, aos objetos (ARNOLD, 1999; LOURENÇO, 2009). Essa revisão poderia ocorrer por meio do conhecimento dos objetivos e métodos da própria historiografia corrente (LOURENÇO, 2009). Além disso, documentá-los de forma mais efetiva (LOURENÇO, 2009), para além de suas características extrínsecas, dotando-os de valor documental, para assim serem analisados enquanto fontes de pesquisa.

Essa visão está relacionada com a ideia de que o papel da documentação museológica vá além do simples registro de dados físicos do objeto, mas que possa ser o ponto de partida para o mapeamento dos significados de um objeto. Tanto a revisão da historiografia dos objetos como a sistematização de sua documentação passam pela metodologia empregada na leitura dos objetos. Alguns autores como Mensch, Pearce e Felip Cid apresentam modelos de sistematização das informações dos objetos. Estes autores embasaram a própria criação da ficha catalográfica adotada no Museu do Instituto Evandro Chagas - MEV, como veremos adiante.

Como nos apresentou Peter Van Mensch (1992), a estrutura informativa do objeto compreende três dimensões: 1. as propriedades físicas do objeto (identidade estrutural); 2. sua função e significado (identidade funcional); e 3. sua relação com o contexto (contextualização identitária). Assim, a documentação museológica não se detém apenas na descrição de sua materialidade, mas também aos seus conteúdos simbólicos, nos remetendo aos seus contextos histórico e socioculturais de sua produção e uso (LOUREIRO, 2005: 28).

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde:
o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

As informações que os objetos apresentam são definidas em duas categorias: intrínsecas e extrínsecas. As informações intrínsecas são as informações obtidas por meio da propriedade física do objeto, ou seja, sua descrição física. São informações acerca da composição do material, da construção técnica, forma, estrutura, cor, textura, peso. Já as informações extrínsecas são as obtidas além da análise física do objeto, são informações buscadas na análise e interpretação de outras fontes, tais como sua função, seu valor estético, seu valor histórico ou seu valor científico. (MENSCH, 1992). Dessa maneira, a reconstituição de sua história precisará de outras fontes documentais para a completude de sua “biografia cultural”.

Outro modelo proposto é o de Susan Pearce. Para a autora os objetos incorporam informações únicas sobre a natureza do homem na sociedade. E nossa tarefa seria a elucidação de abordagens, metodologias, por meio das quais essas informações possam ser recuperadas (PEARCE, 2005: 13). O modelo proposto está baseado nas propriedades dos objetos, divididas em quatro áreas principais: o material, a história, o contexto e o significado. Além disso, os estudos e análises devem ser adaptadas a essas propriedades.

O estudo do objeto teria como ponto de partida comum sua descrição física. A partir desse início de análise, a sua história seria dividida em dois momentos: a história do próprio objeto e a história subsequente a sua musealização, ou seja, dados referentes a exposição, publicação. O passo seguinte seria estabelecer o contexto do objeto, que a autora define como microcontexto e macrocontexto. Por fim, a metodologia considera o significado do objeto para o seu próprio tempo e lugar e, também, para nós mesmos (quem o coleta, quem o pesquisa, quem o visita no museu). Quanto a isso, a autora considera que o objeto nesse momento pode incorporar uma carga de significados emocionais, coletivos e individuais.

Voltando-se a investigação dos objetos no âmbito das ciências da saúde, em especial os de medicina, temos a metodologia apresentada por Felip Cid. Para o autor, a catalogação deve ser guiada por três etapas principais. A primeira etapa corresponde a definição das características do objeto médico: contextualizar seu momento histórico; estabelecer o suporte científico e objetivar as aceitações ou críticas tecnológicas; diferenciar se se trata de um objeto obsoleto ou se assimilou certas adições à estrutura original. Após esta etapa, segue a análise das peças a partir de elementos técnicos: identificar o material, as características estruturais e, também, reproduzir as experiências com os instrumentos da época, proporcionando uma visão funcional desses instrumentos. Na terceira, e última, etapa o museólogo (ou documentalista, profissional de museu) deverá aplicar tecnologias mais avançadas (CID, 2007: 589)

Notemos que os autores destacam a necessidade da análise do objeto ir além das suas propriedades físicas. Ambos os modelos pautam na questão dos significados de um objeto, atribuídos pelo profissional que o musealiza ou pelo grupo/indivíduo solicitante, buscando uma relação desse objeto com o seu meio, como produto cultural de uma dada sociedade presente no tempo e no espaço. A contextualização desse objeto desde a sua invenção, passando pela sua fabricação e uso, até a sua inserção em uma coleção de museu passa a ser item fundamental na busca de relações entre este e o seu público.

O Museu do Instituto Evandro Chagas e a constituição do acervo museológico

Com 85 anos de existência completados em 2021, o Instituto Evandro Chagas - IEC é um órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde. O Instituto tem suas competências definidas no Decreto nº 8.901/2016⁵, no qual sua missão é realizar ações voltadas à saúde pública, incluindo a vigilância em saúde e pesquisa científica no âmbito das Ciências Biológicas, Meio-Ambiente e Medicina Tropical. Atualmente ocupa dois *campi* separados por cerca de 12 km de distância: o principal situado na cidade de Ananindeua, na qual estão localizados a maior parte dos serviços e seções científicas, e outro na cidade de Belém, local em que teve início as atividades do Instituto.

Desde a sua fundação, em 1936, o IEC acumulou diversos instrumentos, documentos, fotografias que intencionados como tal tornam-se fontes de informação que revelam a história da instituição e da saúde pública na Região Norte, sobretudo no estado do Pará. Com a configuração atual dos setores e serviços do IEC, os diversos tipos de acervos estão salvaguardados de acordo com sua tipologia: o acervo arquivístico está sob a guarda do Arquivo; o acervo bibliográfico, com a Biblioteca; e por fim o acervo museológico, com o Museu.

A ideia de um museu para o Instituto Evandro Chagas tem suas origens no documento de criação do Instituto, datado de 1936, ainda denominado de IPEN – Instituto de Patologia Experimental do Norte, tendo recebido o nome de seu patrono apenas após a sua morte, em 1940. Até o momento, pouco se sabe sobre a existência deste museu, suas características e por quanto tempo este espaço funcionou, lançando uma lacuna de fontes históricas sobre o Museu. A concepção de um museu é retomada, somente, no início dos anos 2000 com a criação da “Comissão de Implantação do Museu Evandro Chagas”⁶.

Com a atuação da “Comissão de Implantação do Museu Evandro Chagas” durante o ano de 2005 e, principalmente, após a chegada de profissionais, em 2013, advindos de um concurso público é que o atual museu começa a ser delineado. Durante esse espaço de tempo parte do “potencial acervo” se perdeu, uma vez que não houve mobilização institucional que visasse à coleta, guarda ou, nos termos técnicos, alguma iniciativa de proteção à produção material da ciência. Aos objetos que permaneceram até a atualidade, destacamos a participação de servidores do IEC, que por iniciativa própria, guardaram alguns desses objetos pelos mais variados motivos: seja por terem uma relação pessoal com estes, seja por ser o único exemplar na instituição, ou ainda por ter sido a primeira tecnologia que chegou ao Instituto.

Atualmente o MEV tem como missão “a ampliação do acesso da sociedade ao conhecimento por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação da memória da saúde pública do país, especialmente a ação do Instituto Evandro Chagas.” (MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS, 2020)

5 O Decreto nº 8.901 de 10 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (DOU) no 217, de 11 de novembro de 2016, Seção I, página no 3, alterado pelo Decreto no 9.008, de 23.03.2017, publicado no DOU no 58, Seção I página I e estrutura organizacional na Portaria no 3.965, de 14.12.2010, publicada no D.O.U no 239, de 15.12.2010.

6 Em 2004, formou-se uma Comissão de Implantação do “Museu Evandro Chagas” que tinha por objetivo “preservar a memória da evolução das ações de pesquisa e saúde pública desenvolvidas pelo órgão ao longo dos 68 anos deste Instituto”. Integravam essa comissão servidores, os mais antigos e ainda em atividade no IEC, e ex-servidores que tinham interesse na criação de um “espaço de memória” para a instituição.

Figura 01: Casarão, IEC Belém, sede do MEV.



Fonte: MEV; 2021

O MEV ainda não possui seu espaço aberto ao público, mas tem como sede a edificação, chamada de “Casarão”, na qual o Instituto iniciou suas atividades. Situada no *campus* Belém, na av. Almirante Barroso, principal via de acesso à cidade de Belém, a edificação, símbolo institucional que passou por reformas estruturais nos anos de 2019 e 2020, abrigará o MEV e contará com salas destinadas à exposição, ao desenvolvimento de ações educativas, à guarda de acervo e aos trabalhos administrativos. Como ainda há a necessidade de adequação para a recepção de público, o espaço segue fechado.

O seu acervo museológico é formado por equipamentos e instrumentos utilizados nas dependências do IEC e em trabalhos de campo ao longo dos anos, assim como de seus cientistas, pesquisadores e técnicos de laboratórios e seções. Embora não haja uma política de acervos vigente, definimos, apoiados na política de acervos do MAST, que o MEV adquire objetos de qualquer tipologia, sem restrições de material, suporte ou data, tendo prioridade os objetos científicos, os pedagógicos e de divulgação e os documentos textuais, iconográficos e audiovisuais que acompanham os objetos.⁷ O acervo que atualmente passa pelo processamento técnico conta com cerca de 800 peças. Dentre estas destacam-se uma coleção de microscópios, vidrarias, equipamentos de uso nos laboratórios como balanças, medidores de pH. Há ainda algumas armadilhas que eram confeccionadas pelos próprios funcionários para serem utilizadas nos trabalhos de campo ou o mobiliário que foi usado nas dependências do Instituto.

⁷ Os critérios de coleta tiveram como base a Política de Aquisição e Descarte de Acervos do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) de 2011. Disponível em <http://www.mast.br/images/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf> Acesso em 20 jan 2019

Figura 02: Pipeta MEV 0160.



Fonte MEV; 2017

Figura 03: Alça de inoculação MEV 0734.



Fonte MEV; 2017

Figura 04: Máscara MEV 0806.



Fonte MEV; 2017

Figura 05: Estojo de instrumentos MEV 0810



Fonte MEV; 2017

A coleção que está sendo musealizada tem por objetivo expor a história e valorizar a memória em saúde pública da Amazônia, por meio da preservação do acervo do Instituto Evandro Chagas. Com a preservação desse patrimônio, intenciona-se ajudar a comunidade entender a criação, o estabelecimento e as transformações do Instituto Evandro Chagas e das práticas em saúde pública, ambiental e biomédica na região. O acervo é um recorte representativo da relação do desenvolvimento da ciência e da pesquisa no Instituto, refletindo o seu contexto histórico e as suas especificidades, de acordo com os avanços tecnológicos.

Após a reforma ocorrida em 2019-2020 no prédio que sediará o museu, um espaço foi reservado para a guarda da coleção museológica. A atual reserva técnica conta com mobiliário, monitoramento e controle dos índices de temperatura e umidade com a utilização de termohigrômetros, ar-condicionado e desumidificadores, além de um laboratório de conservação e salas para trabalhos administrativos. A ideia é que o espaço receba visitas agendadas, principalmente de estudantes e pesquisadores da área, assim como dos servidores e colaboradores do Instituto a fim de aproximá-los dos valores que constituem esse patrimônio.

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde:
o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

Figura 06: Atual reserva técnica do MEV.



Fonte: MEV; 2021

Para a identificação e coleta dos objetos que passaram a integrar a coleção do MEV foram traçados quatro eixos principais, listados na ordem cronológica em que foram executados: 1) montante de objetos depositados em uma sala do casarão, coletados pela Comissão de Implantação do “Museu Evandro Chagas”; 2) visita às seções científicas do IEC; 3) coleta no galpão de inservíveis; e 4) coleta na sala de pesquisadores aposentados ou falecidos.

A primeira investida na formação de um acervo se deu no âmbito da Comissão de Implantação do “Museu Evandro Chagas”. Ao todo foram realizadas oito reuniões, entre abril e dezembro de 2005, documentadas por meio de atas, nas quais foram discutidas formas para se coletar objetos e informações para a implantação do Museu. Quanto às questões relativas a formação do acervo, foi sugerido que se fizesse um levantamento do acervo que iria compor o museu. Nestas reuniões foram levantadas algumas questões, sendo que uma delas é extremamente relevante e impacta até hoje no trabalho realizado pela atual equipe do MEV: parte dos documentos institucionais não está em posse do IEC. Foi registrado nessas reuniões que um número expressivo de documentos institucionais foi incinerado, enquanto alguns documentos estão em outras instituições sediadas no Rio de Janeiro e em Brasília⁸ (INSTITUTO EVANDRO CHAGAS, 2005).

Outro fato a ser destacado é a participação nessas reuniões da comunidade científica, formada tanto por servidores em atividade como também ex-servidores, assinalando, assim, sua atuação como protagonistas do processo de identificação de peças para o acervo, assim como também na realização de doações. Ainda nessas reuniões foram citadas metodologias para a coleta desses

⁸ A instituição do Rio de Janeiro seria a Fiocruz, já a instituição de Brasília seria o Museu da Funasa.

objetos por meio de um inventário e, também, a contratação de profissionais para a execução de tal tarefa.

A equipe,⁹ já empossada em maio de 2013 pelo concurso público, ao assumir os trabalhos de implantação do MEV, recebeu uma das salas do segundo andar do Casarão cheia de instrumentos científicos.¹⁰ Nesta sala, os objetos se encontravam amontoados, sem nenhuma identificação e organização aparente. A partir da coleta de testemunhos realizada com alguns dos servidores que participaram do processo e análise das atas, foi possível identificar a procedência de cada peça. Também nesse período inicial nos foi entregue alguns documentos relativos à transferência ou doação dessas peças ao Museu, documento este que seria um protótipo de uma ficha de aquisição de acervo. Esses documentos iniciais além de elucidarem questões institucionais da própria história de formação do acervo, fornecem, também, informações correspondentes a biografia (KO-PYTOFF, 2008) desses objetos, e por conseguinte, a comporem as suas fichas catalográficas.

Após a primeira identificação dessas peças para o inventário, passamos para uma segunda etapa de coleta, que foi realizada nas seções científicas do IEC. O primeiro passo foi a emissão de um memorando autorizando nossa entrada nas seções científicas. Nesse primeiro momento contatamos cada chefe das seções a fim de definirmos a pessoa que iria nos acompanhar nesse trabalho. O segundo passo era a realização de uma reunião na qual explicamos o objetivo do nosso trabalho com o intuito de conscientizar os servidores para a importância da preservação do patrimônio cultural de C&T. Quem nos recebia nas seções, geralmente o chefe responsável pela seção, nos explicava o funcionamento da seção, seu objetivo e nos indicava se existia, aos seus cuidados, algum objeto que fosse representativo para a história do IEC. Mas na maior parte das seções nos foi informado que os objetos representativos da seção já haviam sido doados a Comissão de Implantação do “Museu Evandro Chagas”, no início dos anos 2000. Alguns relataram ainda que muitos dos objetos doados se perderam, o que gerou certa hesitação em relação ao nosso trabalho, pois além de sermos recém-chegados na instituição, havia esse medo da perda, do descaso.¹¹

Quando havia algum objeto a ser incorporado ao acervo museológico um outro contato era realizado para transferir a sua guarda ao Museu. Para exemplificar podemos citar o caso da seção de Arbovirologia. Após a reunião, neste caso não com o chefe de seção, mas com parte dos pesquisadores e técnicos, a equipe do setor entrou em contato conosco com uma listagem de material utilizado na seção que poderia ser integrado ao acervo museológico. Mais de 90 itens foram doados.¹² Como grande parte era de insumos, só houve a necessidade de um memorando da seção doando os objetos ao Museu. Já com a seção de Meio Ambiente o caso foi um pouco diferente: os itens doados tinham número de patrimônio que estava sob a posse da seção. Nesse processo um

9 A equipe do Museu do Instituto Evandro Chagas, desde 2013, conta com a participação de Giselle Santos Silva, museóloga; Cláudia Santos, historiadora; Clarissa Almeida Santos, cientista social; e Francisco Soares Chagas Neto, turismólogo e jornalista.

10 Nos foi relatado que parte desses itens seriam os objetos coletados por essa Comissão de Implantação do “Museu Evandro Chagas” descrita anteriormente

11 Este fato gerou campanhas institucionais como a “Revelando um passado” na qual conscientizávamos os servidores sobre a importância da doação de documentos, em seus diversos suportes, a serem musealizados. Além dessa iniciativa, contamos com uma exposição institucional, em exibição nos corredores do campus Ananindeua, destacando fatos ocorridos no IEC durante seus 80 anos.

12 Neste caso foram doadas cerca de 1500 pipetas que não foram contabilizadas e apenas 04 foram incorporadas ao acervo.

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde:
o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

outro setor do Instituto era acionado: o Setor de Material e Patrimônio – SOMAT, pois a transferência do item para o Museu deveria ocorrer também pelo SOMAT, uma vez que o número de patrimônio deveria estar relacionado com a localização no Museu.

Ao serem descartados, porque estão tecnologicamente obsoletos ou quebrados, os equipamentos recebem “baixa” do SOMAT e passam a integrar a lista dos equipamentos a serem alienados e são depositados no galpão de objetos inservíveis.¹³ Cada item que seja de interesse enquanto objeto de museu, é coletado do galpão e tem sua “localização” redirecionada do SOMAT para o setor do Museu. A partir de então, uma parceria com o SOMAT foi realizada. Quando uma seção científica se desfaz da posse de algum equipamento e aciona o setor, este entra em contato com a equipe do Museu para saber se há interesse de inserir este equipamento na coleção museológica. Caso tenha interesse que o objeto seja musealizado, o SOMAT passa a localização e posse do equipamento para o Museu, não sendo desta forma alienado. Na Divisão de Registros e Controle Patrimonial é possível recuperar o registro de cada equipamento pertencente ao Instituto. Por meio do “relatório geral de bens” temos acesso as seguintes informações: número de patrimônio, descrição (nome, marca e modelo), data de aquisição, valor e situação física. Essas informações podemos dizer que são referentes ao período anterior à musealização do objeto, ou seja, enquanto objeto de utilidade para os laboratórios no desenvolvimento das pesquisas científicas, o que nos auxilia na identificação do objeto e na construção de sua biografia.¹⁴

Outra forma de incorporação de peças ao acervo se deu pela aposentadoria e falecimento de alguns pesquisadores. Com a aposentadoria do pesquisador José Maria de Souza,¹⁵ especialista no estudo da malária, no ano de 2013 a sua sala foi esvaziada e o pesquisador nos auxiliou no processo de coleta de material. Foram transferidos diversos materiais de pesquisa e tratamento em malária, assim como materiais terapêuticos de uso na acupuntura, técnica na qual o pesquisador se dedicara nos últimos anos de sua carreira. Outro caso a se destacar é o falecimento do Dr. Ralph Lainson,¹⁶ pesquisador britânico que iniciou seus trabalhos no IEC na época de um convênio com a *Wellcome Trust* durante a década de 1950. Sua família doou boa parte de seu acervo ao IEC. Foram transferidos ao Museu instrumentos e equipamentos de seu laboratório, alguns utilizados em pesquisas de campo como luminárias e equipamentos de fotografia, além de itens de uso pessoal utilizadas nas suas pinturas que exemplificavam os esquemas do vírus da leishmaniose.

13A coleta se deu de forma abrupta, uma vez que o galpão estava sendo esvaziado. Tivemos ajuda do servidor Cícero Alves da Silva e do auxiliar de serviços gerais, Damião Gaia para localizar e identificar itens que pudessem compor o acervo do museu.

14 Atentamos para o fato de que por convenção do IEC, o objeto musealizado que possuiu um número de patrimônio institucional, precisa manter esse número “ativo”, pois o setor do SOMAT precisa ter o controle de todos os instrumentos em “uso” no Instituto. Quando musealizado, além desse número de patrimônio, o objeto passa a receber o número de registro enquanto peça do museu.

15 José Maria de Souza (1932-2020) foi um médico e farmacêutico-bioquímico, doutor em Medicina pela Universidade de São Paulo – USP de Ribeirão Preto/SP. Atuou no Instituto Evandro Chagas, coordenando o Programa de Malária.

16 O parasitologista britânico Dr. Ralph Lainson (1927-2015) dedicou-se por mais de 50 anos ao estudo de infecções parasitárias na Amazônia brasileira. Sua pesquisa sobre a taxonomia e a ecoepidemiologia das leishmanias e leishmanioses do Novo Mundo projetaram-no definitivamente ao cenário científico mundial. (SILVEIRA, Fernando Tobias. Obituário: Professor Ralph Lainson. *Rev Pan-Amaz Saude*, Ananindeua, v. 6, n. 2, p. 89-90, jun. 2015. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232015000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 set. 2019.)

Como podemos observar, a formação do acervo museológico se dá com a participação dos funcionários do próprio Instituto. A primeira coleta de materiais ocorre justamente a partir de uma Comissão de Implantação do “Museu Evandro Chagas” com os servidores mais antigos em atividade naquele momento. Com a chegada de servidores concursados nas áreas de Museologia e História, essa aquisição de novos itens se dá com a atuação de servidores, ainda em atividade, que tinham o interesse em participar do processo.

A documentação museológica do MEV

A produção da documentação museológica do MEV teve seu início de forma concomitante a formação de seu acervo: com o inventário e identificação de um conjunto de objetos reunidos em uma sala.

O primeiro documento a ser elaborado e utilizado foi o inventário.¹⁷ Para cada peça atribuímos a sigla MEV seguida de uma numeração sequencial, o nome do objeto, o fabricante e, quando possível a identificação, a data de fabricação do objeto. As peças recebiam ainda uma etiqueta, reversível, contendo parte dessas informações, uma maneira de facilitar a sua identificação. Além disso, foram feitas fotografias iniciais de cada peça. As fotografias foram realizadas sem nenhuma especificação técnica, pois além de falta de recursos, estas seriam para um controle inicial do que se tinha coletado até o momento. Essas informações e a fotografia foram repassadas para a planilha de inventário.

Figura 07: Etiqueta de identificação afixada em cada objeto.



INSTITUTO EVANDRO CHAGAS
MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

REGISTRO N° _____
OBJETO: _____
FABRICANTE: _____

Fonte: MEV/IEC

Como relatado, as fotografias não tinham uma padronização, sendo necessário apenas que a partir das imagens fosse possível visualizar o objeto. Em um segundo momento as fotografias passaram a ser realizadas com uma câmera profissional e com dois tipos de lente sendo uma de 50mm e outra de 34mm – 220mm. Essas fotografias contaram ainda com um fundo branco e iluminação artificial de apoio, sendo utilizadas duas lâmpadas de 60w. Conforme apresentado no manual “Como gerir um museu” a fotografia não deve se limitar ao “registro visual do objeto”, mas ajudar na investigação, educação e recuperação do objeto, assim como documentar o seu estado de conservação no momento do registro, portanto defende que a fotografia deve fazer parte do procedimento de aquisição (BOYLAN, 2004: 28). Para a organização dos arquivos digitais das imagens, o arquivo de cada fotografia recebe o número de inventário de seu respectivo item da coleção.

¹⁷ Neste estudo inventário ou arrolamento é entendido como a contagem geral do acervo. No manual “Como gerir um museu”, inventário é definido como uma “lista detalhada, conferida fisicamente, dos objectos nas propriedades do museu” (BOYLAN, 2004, p.226)

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde:
o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

Outro documento que criamos e readaptamos, em parceria com o setor de Arquivo, foi o termo de doação. Com o falecimento ou aposentadoria dos pesquisadores e a posterior aquisição pelo MEV de parte de seus pertences, nos vimos diante de um dilema: todos os objetos presentes nas salas dos pesquisadores são oriundos ou resultantes apenas de processos institucionais? Ou em meio aquele montante havia o privado? Observamos que ambos estavam presentes nas suas salas. Por conta disso, no caso dos pesquisadores José Maria de Souza e Ralph Lainson, adotamos o seguinte procedimento: o que havia número de patrimônio entendemos como institucional e seguimos o protocolo o IEC de transferência via setor de patrimônio. O que consideramos pessoal, utilizamos o termo de doação para se obter a posse legal dos itens.

No momento da coleta ou doação de peças realizadas diretamente pelo servidor que a utilizou adotamos a metodologia de aplicar uma lista de perguntas com o objetivo de elucidar algumas questões sobre o objeto, tais como: esse objeto faz parte de um conjunto? Você tem alguma fotografia do objeto sendo usado? Você tem alguma fotografia relacionada com o objeto? Você tem algum documento relacionado ao objeto (cartas, plantas, comprovantes, instruções)? A lista de perguntas é dinâmica, uma vez que a partir das repostas, outras perguntas podem surgir. Procuramos com essas perguntas traçar a trajetória desse objeto dentro do IEC e sua relação com o seu usuário. A metodologia se mostrou eficaz em doações com poucos itens e, também, quando a equipe do MEV tinha tempo hábil para a coleta dessas informações, assim como quando o doador tinha disponibilidade para responder as questões.¹⁸

Para a catalogação¹⁹ dos objetos se fez necessária a criação de uma ficha catalográfica específica para o novo acervo. Essa ficha foi criada a partir de experiências anteriores obtidas a partir do trabalho de um dos autores com a produção da documentação museológica de outra tipologia de acervo de C&T. Nessa experiência anterior foi percebida que a tipologia de acervo requer certas especificidades para além dos acervos ditos “artísticos” e “históricos”. Para a elaboração da ficha catalográfica nos baseamos, ainda, nas fichas catalográficas do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST – e do *Museum of Health Care at Kingston*, além dos campos recomendados pela publicação do Icom “Como gerir um museu”, assim como manuais e referências teóricas já citadas anteriormente.

Atentamos para o fato de que com a musealização das peças e sistematização das informações na ficha catalográfica, cada objeto passa a ter dois números e duas fichas de identificação: um registro referente ao Instituto Evandro Chagas, sob a posse do Setor de Patrimônio (subordinada a administração geral do IEC) e outro para o controle do Museu do Instituto Evandro Chagas. Ressaltamos ainda que na própria ficha catalográfica do MEV há um campo para o registro da numeração do setor de patrimônio.

As informações da ficha catalográfica do MEV são distribuídas em cinco níveis: 1. identificação do objeto na coleção; 2. detalhes de fabricação; 3. descrição do objeto; 4. procedência; e 5. outras informações. Segundo Santos e Grinato:

18 Em alguns casos, essas informações eram repassadas até mesmo por email para agilizar e facilitar o processo.

19 Catalogação aqui é entendida como a sistematização e o registro das informações dos objetos museológicos. Este registro se dá por meio de uma ferramenta denominada ficha catalográfica (PADILHA, 2014; SPECTRUM).

Ao tratar cada objeto de uma forma individualizada, a documentação museológica exige que os objetos sejam identificados e descritos da forma mais abrangente possível, o que significa a descrição dos pormenores físicos (formato, cor, peso, etc.), a identificação da procedência/proveniência, do estado de conservação, assim como dos tratamentos e intervenções por que passa o objeto. (SANTOS; GRANATO, 2015: 163)

Para o campo referente à data de aquisição, as peças que já estavam reunidas antes da “criação” do MEV receberam como data de aquisição a data de “criação” do MEV, 2013, sendo mantidas as fichas de aquisição e quaisquer outros documentos recolhidos pela Comissão de Implantação do “Museu Evandro Chagas” na ocasião de coleta. Os dados obtidos por esses primeiros documentos também são registrados na ficha catalográfica em campo correspondente.

Um trabalho a parte dentro da ficha de catalogação são as categorias do acervo. A princípio foi pensado na adoção do modelo classificatório proposto pela museóloga portuguesa Sonia Faria (2009). Mas ao analisar as categorias propostas, notamos a impossibilidade de adotá-lo na íntegra, já que o modelo proposto está baseado na classificação somente na área da Medicina. E como vimos anteriormente, o acervo do IEC engloba diversas características como o trabalho de laboratório, as pesquisas de campo, além de envolver diversas disciplinas das ciências da saúde.

Santos (2016) problematiza os critérios de classificação de um acervo, que podem ser baseados tanto na função original, uso ou por disciplina científica. A partir da análise do nosso acervo, tomamos por decisão manter a classificação a partir da função original do objeto, pois segundo Chenhall este seria o ponto comum presente a qualquer tipo de artefato (CHENHALL apud Ferrez; Bianchini, 1987: 22). Entendemos que seu uso define sua especificidade, privilegiando a sua individualidade. Mas entendemos que cada objeto ao ser incorporado a uma coleção também passa a representar um todo. Dessa forma, a ficha catalográfica apresenta campos, como por exemplo, qual a seção científica a que o objeto está relacionado, que traz a possibilidade de montarem outras classificações do acervo, neste exemplo por seção científica, o que gera outros índices de busca e classificação, facilitando sempre a posterior recuperação da informação.

Como referência utilizamos o trabalho desenvolvido no *Museum of Health Care at Kingston* em Ontario, Canadá, no qual a classificação do acervo museológico se dá pela função original, baseando seus critérios no próprio trabalho do Chenhall e no *Medical Subject Heading* – MeSH criado pela *US National Library of Medicine*. Seguindo esse referencial teórico, para a definição de termos em língua portuguesa utilizamos o vocabulário estruturado trilingue “DeCS - Descritores em Ciências da Saúde da BVS”.²⁰ A escolha da utilização do DeCS se deve ao fato deste ter sido desenvolvido a partir do MeSH, com o intuito de desenvolver uma terminologia única, trilingue, e uma rede semântica em saúde, *Unified Medical Language System* – UMLS da NLM. E além dos termos médicos presentes no MeSH, o DeCS comporta ainda os termos das áreas específicas de saúde pública, homeopatia, ciência e saúde, e vigilância sanitária, áreas que abarcam a missão do próprio Instituto Evandro Chagas.

Baseando-se na metodologia empregada por Ferrez e Bianchini no “Thesaurus para acervos museológicos” (FERREZ; BIANCHINI, 1997), a classificação

20 Os Descritores em Ciências da Saúde DeCS estão disponíveis em <http://decs.bvs.br/> Acesso em 31 jan 2018.

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde:
o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

do acervo museológico seguiu as seguintes diretrizes: 1) identificação do objeto; 2) nomeação do objeto; e por último 3) atribuição da função principal do objeto. Reiteramos que a nomeação do objeto segue a terminologia adotada nos “DeCS”, mas que quando há outro nome dado ao objeto, este termo também é registrado na ficha em um campo correspondente.

Na ficha catalográfica há um campo destinado ao estado de conservação do acervo, mas como entendemos não ser suficiente, adotamos uma ficha de conservação.²¹ A ficha de conservação recebe o mesmo número do objeto e acompanha a documentação museológica de cada peça. Dessa forma o registro dos tratamentos e intervenções por que passa o objeto musealizado além de possibilitar a identificação e catalogação do objeto, também se torna fonte de estudo e pesquisa das técnicas empregadas. Quanto a isso, Santos e Granato salientam que

A importância dos registros das atividades de conservação obriga os conservadores a examinar e conhecer os objetos em detalhe, minimizando os riscos nas intervenções, e a disponibilizar o registro das intervenções para outros estudiosos. Além disso, evitar o manuseio desnecessário dos objetos, permitiria o acompanhamento das mudanças no estado de conservação do objeto e seria um exemplo valioso para tratamento de outros objetos semelhantes. (SANTOS; GRANATO, 2015: 163-164)

Ressaltamos aqui que a ficha de conservação é entendida como parte integrante da documentação museológica do acervo, uma vez que cada ficha de conservação armazena informações de um item do acervo, assim como a ficha catalográfica, mas contendo a especificidade de apenas armazenar dados referente a conservação detalhada de cada item.

Outro aspecto que merece ser mencionado é o armazenamento e segurança da documentação museológica. No caso do MEV, não possuímos uma base de dados informatizada para a inserção das informações. Trabalhamos com formulários em plataforma *excel* e *word* que são salvos no disco rígido interno dos computadores utilizados na rotina de trabalho da equipe, em um disco rígido externo e no disco virtual, também conhecido como “nuvem”, do IEC. Além disso, é realizada a impressão dos formulários para a manutenção de um arquivo da documentação museológica.

Destacamos ainda a importância dos manuais de instruções como fonte de pesquisa para a produção da documentação museológica. Quando pensamos em manuais para o auxílio na catalogação pensamos em instrumentos científicos dos séculos XX, XIX, XVIII. Mas salientamos a importância não só dos manuais, mas também dos sites das empresas produtoras do objeto e de reportagens sobre o uso da tecnologia. Pois esses passam a embasar a catalogação, e também os critérios para aquisição de novos objetos a compor o acervo do museu. Pois são a base para o estudo e entendimento desses “novos” itens, assim como tornam-se documentos para a salvaguarda das informações dos objetos que representam a ciência e tecnologia contemporânea.

Em 2019, como produto técnico-científico do trabalho de um dos autores deste artigo, foi proposto um manual de documentação museológica do MEV. O manual foi criado a partir das bases teóricas e metodológicas apresen-

21 Embora a ficha de conservação tenha sido criada no mesmo período da ficha catalográfica, esta ainda não foi implantada. Embora faça parte da documentação museológica do MEV, sugerimos que na oportunidade da presença de um técnico para a análise e tratamento de conservação das peças, esta ficha seja reavaliada para posterior aplicação.

tadas na dissertação e nas práticas já empregadas pela equipe do museu, em parte descritas aqui neste artigo. O manual desenvolvido contém um conjunto de princípios e procedimentos técnicos que são adotados na elaboração da documentação museológica do acervo museológico do MEV, com o objetivo de orientar e sistematizar as informações que serão preenchidas no inventário, nas etiquetas de cada peça e suas respectivas numerações, na ficha catalográfica, na ficha de conservação, no termo de doação e nas fotografias de cada item do acervo. Por ser um instrumento de fácil aplicação metodológica, mostra-se eficaz no processo de formação do pessoal técnico que atuará na realização da atividade.

Considerações finais

Pouco lembrado pelos estudiosos do patrimônio, o acervo museológico das ciências da saúde tem demanda por valorização: carece de pesquisa, requer maior interlocução das instituições de guarda com seus pares e, principalmente com a sociedade, por meio de ações de divulgação científica acessível ao público em geral. E o objeto, patrimônio cultural da saúde, torna-se um elo na cadeia de estudos e descobertas científicas. São testemunhos diretos das técnicas do passado. E um dos caminhos possíveis a facilitar esse diálogo entre público e objetos é a efetiva documentação museológica.

Buscamos apresentar a documentação museológica como prática inerente à ‘razão de ser’ dos museus, que precisa ser explorada, carecendo de manuais, normas técnicas ou até mesmo a interlocução desses acervos e de seus profissionais. O fortalecimento da pesquisa na área se apresenta como uma das alternativas para a consolidação da prática e para atribuição de valor. Entendemos que além de ser uma prática indispensável na manutenção de qualquer museu, uma documentação museológica organizada nos possibilita uma gama de alternativas para novas atividades e projetos. Isso nos leva a revisar e repensar os modelos adotados, estando abertos a novos horizontes e perspectivas.

Acreditamos, ainda, que a atividade de documentação museológica não deve ser isolada das outras seções do museu: são diretrizes e ações que devem ser associadas e integradas aos outros setores. Oficinas educacionais podem ser um caminho para se chegar a essa integração, uma vez que por meio destas o público visitante e a própria equipe do museu podem se familiarizar com a prática da documentação e a partir daí desenvolverem o olhar para que esses objetos sejam interpretados enquanto fonte de pesquisa da produção da cultura material da ciência. E no caso dos objetos de saúde, além de vinculá-los a “dor e sofrimento”, estes passem a ser identificados como patrimônio, no seu sentido mais comum do termo, e passem a ocupar mais espaços de destaque.

Referências

ALBERTI, S J M M. Why Collect Science? *Journal of Conservation and Museum Studies*, 2017. 15(1): 1, p. 1–10. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/jcms.150> Acesso em 29 abr. 2019.

ARNOLD, Ken. Museums and the making of medical history. In: *Manifesting Medicine*. Ed. Robert Bud. 1999. p.145-175.

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde:
o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

BOYLAN, P.J. (Org.). *Como gerir um museu: manual prático*. Paris: UNESCO, 2004. 259 p.

BRASIL. Decreto nº 8124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm. Acesso em: 16 nov. 2021.

BVS. Biblioteca Virtual em Saúde. Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde. *Termo de constituição da Rede História e Patrimônio Cultural da Saúde*.

CARTA DO RIO DE JANEIRO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em <http://www.mast.br/images/pdf/Carta-do-Rio-de-Janeiro-sobre-Patrimnio-Cultural-da-Cincia-e-Tecnologia.pdf> Acesso em 16 nov 2021

CERAVOLO, Suely Moraes. Apresentação à edição brasileira. In.: *Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC / Comitê Internacional de Documentação (CIDOC)*. São Paulo, 2014. p. 11-15 (Gestão e documentação de acervos: textos de referência, I)

CID, Felip. *Museología médica: aspectos teóricos y cuestiones prácticas*. Museo Vasco de História de la Medicina e de la Ciência. Bilbao. 2007.

FARIA, Sónia Castro. *O objecto e os museus de medicina: aprofundamento de um modelo de estudo*. Dissertação (Mestrado Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia). Universidade do Porto/Departamento Ciências Técnicas do Porto, Porto. 2009. Orientador: Alice Lucas Semedo.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI Maria Helena S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro. Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos. 1987.

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. Sala de reuniões do IEC. *Ata da 1ª reunião ordinária da Comissão de Implantação do Museu Evandro Chagas (IEC)*, realizada dia 13 de abril de 2005. Ata 13 abr 2005. p. 4

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. *Ata da segunda reunião ordinária da Comissão de Implantação do Museu Evandro Chagas*, realizada a 11 de maio de 2005. Ata 11 maio 2005. p. 4

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. *Ata da terceira reunião ordinária da Comissão de Implantação do Museu Evandro Chagas*, realizada a 22 de junho de 2005. p. 3

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. *Ata da quarta reunião da Comissão de Implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas*, realizada em 14 de setembro de 2005. Ata 14 setembro 2005. p. 4.

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. *Ata da quinta reunião da Comissão de Implantação do Museu do Instituto*

Evandro Chagas, realizada em 18 de outubro de 2005. Ata 18 outubro de 2005. p. 3.

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. *Ata da sexta reunião da Comissão de Implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas*, realizada em 17 de novembro de 2005. 6ª reunião. p. 4.

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. *Ata da sétima reunião da Comissão de Implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas*, realizada em 19 de dezembro de 2005. p. 4

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. *Ata da primeira reunião extraordinária da Comissão de Implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas*, realizada em 10 de agosto de 2005. p. 2.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Esboço acerca da documentação museológica. In: *Museus Instituição de Pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, 2005. p.24-30 (MAST Colloquia; 7)

LOURENÇO, Marta. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. In: *Museologia e Patrimônio*. vol.II. n. 48 I - jan/jun de 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/45/25> Acesso em 16 nov 2021

MENSCH, Peter van. Object as data carrier. In.: *Towards a methodology of museology*. PhD thesis, University of Zagreb. 1992. (Capítulo 12)

MUSEU DA SAÚDE. *Manual do Inventário do Patrimônio Museológico da Saúde: Guia Prático*. Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Portugal. 2012

MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. *Plano museológico: 2020-2024*. Ananindeua: Instituto Evandro Chagas, 2020.

_____. *Relatório 2013. 2014*.

_____. *Relatório 2014. 2015*.

_____. *Relatório 2015. 2016*.

_____. *Relatório 2016. 2017*.

_____. *Relatório 2017. 2018*.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação Museológica e Gestão de Acervo*. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. v. 2 (Coleção Estudos Museológicos)

PEARCE, Susan M. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (orgs.). *Museus Instituições de Pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST: 2005, p. 11-21.

SANTOS, Claudia Penha dos. *A Documentação de acervos de Ciência e Tecnologia como objeto de museu: Definindo especificidades a partir do caso do museu de*

A documentação museológica de um patrimônio cultural da saúde:
o caso da coleção museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas

astronomia e Ciências Afins (MAST). Rio de Janeiro, 2016. Orientador: Prof. Dr. Marcus Granato. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

SANTOS, Claudia Penha dos; GRANATO, Marcus. A Documentação dos Acervos Científicos e Tecnológicos e o MAST: uma história a partir das memórias. In: GRANATO, M. (Org.) *Museologia e Patrimônio*, Série MAST: 30 anos de pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2015. p. 141-176. V. I.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Preservação do Patrimônio Cultural da Saúde no Brasil: uma Questão Emergente. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n4/0104-5970-hcsm-22-4-1411.pdf> Acesso em 23 jun 2019.

SPECTRUM. Catalogação. In: *Guias técnicos de implantação*. Disponível em: <https://spectrum-pt.org/2017/04/guias-tecnicos/> Acesso 25 mar 2022.

Recebido em dezembro de 2021

Aprovado em maio de 2022